

AVALIAÇÃO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES FORMATIVAS PARA A DOCÊNCIA E PARA A APRENDIZAGEM DISCENTE

Maria Leticia de Sousa David ¹

Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro ²

RESUMO

A avaliação escolar orienta a prática pedagógica, por viabilizar a reflexão para ação. Contudo, quando se restringe a um instrumento, não se destina a essa finalidade. Assim, definiu-se como objetivo geral para este estudo: Compreender que implicações a restrição do ato de avaliar à aplicação de provas acarreta à atuação profissional docente e à aprendizagem discente. Que foi suscitado mediante ao problema: que implicações a restrição do ato de avaliar à aplicação de provas acarreta à atuação profissional docente e à aprendizagem discente? O estudo pautou-se em uma revisão de literatura e a pesquisa de campo de natureza qualitativa foi realizada em 2019 em uma escola pública do Município de Itapipoca – Ceará com oito professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio de um questionário com nove perguntas. Conclui-se que avaliar é diagnosticar as fragilidades que permeiam a prática pedagógica e retornar a mesma com um novo olhar e novas estratégias pedagógicas, visando a aprendizagem dos discentes. Por isso, a avaliação não deve restringir-se à aplicação de provas, visto que as mesmas não conseguem explicitar, por completo, as aprendizagens desenvolvidas.

Palavras-chave: Avaliação, Provas, Prática pedagógica, Formação de professores, Aprendizagem discente.

“[...] Provas e exames implicam julgamento, com conseqüente exclusão; avaliação pressupõe acolhimento, tendo em vista transformação. [...]”
(LUCKESI, 1998, p. 171).

INTRODUÇÃO

A avaliação se interliga aos outros dois momentos da ação didática – planejamento de ensino e metodologias de ensino – para consolidar maior aprendizagem aos discentes e, conseqüentemente, êxito no objetivo profissional dos docentes. Sendo assim, definiu-se como objetivo geral: compreender que implicações a restrição do ato de avaliar à aplicação de provas acarreta à atuação profissional docente e à aprendizagem discente. Suscitado mediante ao problema: que implicações a restrição do ato de avaliar à aplicação de provas acarreta à atuação profissional docente e à aprendizagem discente?. E como específicos: refletir como a avaliação colabora à aprendizagem da docência; perceber como o ato de avaliar repercute na aprendizagem dos alunos; e discutir como a restrição do ato de avaliar à aplicação de provas interfere na prática pedagógica.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), leticiadavid16@gmail.com

² Pós-Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), mirtiel_frankson@yahoo.com.br

A justificativa social para esse trabalho centra-se nas contribuições que ele ocasionará a prática social educativa, auxiliando professores e alunos no desenvolvimento da educação transformadora que tenham acesso à leitura dessa produção acadêmica, que para Freire (2007) é aquela que promove a transformação e mudança social. A justificativa pessoal se centra na relevância que esses estudos proporcionam à formação inicial de professores e a ação docente. Quanto à dimensão acadêmica, acredita-se que os demais profissionais e pesquisadores da educação, também leitores desse texto, poderão mediar-se por esses pressupostos para compreenderem e discutirem aspectos formativos da prova como instrumento avaliativo e intervirem nessa situação.

O estudo está estruturado na introdução em seguida, na apresentação da metodologia e, depois, no desenvolvimento, mostrando aportes teóricos, na discussão e exposição dos resultados, encontrados mediante a discussão das categorias avaliação, provas, prática pedagógica e aprendizagem, e análise das respostas dadas aos questionários aplicados na pesquisa de campo. Por fim, apresentam-se as considerações finais e referências.

METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem qualitativa, realizada em 2019, foi desenvolvida por meio de estudos bibliográficos e da aplicação de oito questionários, com nove perguntas abertas a professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública do Município de Itapipoca – Ceará. Dentre os sujeitos da pesquisa, uma professora ensinava o primeiro e segundo ano, uma docente lecionava no segundo ano, três professoras ensinavam no terceiro ano, duas docentes no quarto ano e uma professora no quinto ano. Optou-se por essa ação por reconhecer o nível de profundidade que os estudos qualitativos possibilitam, como afirma Minayo (2012, p. 28): “[...] análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião [...] É a descoberta de seus códigos sociais [...] A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador.”.

DESENVOLVIMENTO

A ação docente se desenvolve por intermédio do planejamento, execução – com o auxílio das metodologias de ensino – e avaliação. O planejamento visa organizar e orientar a prática pedagógica. A execução, mediada pelas estratégias de ensino, faz com que os processos de ensino e de aprendizagem se consolidem. A avaliação, por sua vez, diagnostica

os preceitos desenvolvidos pelos alunos e as dificuldades que o mesmo enfrenta na assimilação de conhecimentos, viabilizando reflexão sobre a ação e, por conseguinte, retorno a prática, visando aprimorá-la. Quanto ao processo avaliativo, Candau (2002, p. 152) destaca que:

A avaliação é um processo presente em todos os aspectos da vida escolar: professores avaliam alunos, alunos avaliam professores, diretor avalia seus professores e estes o diretor, pais avaliam professores e escola. Entretanto, só a avaliação do aluno pelo professor parece ser um aspecto formalmente reconhecido na vida da escola.

Nesse fragmento, destaca-se que a avaliação permeia todos os sujeitos do processo educacional e, por isso, não apenas o discente deve receber destaque no processo avaliativo, mas todos os que permeiam a educação escolar, para que essa possa, mediante o trabalho conjunto, estar em constante aprimoramento. Além disso, Farias *et al* (2009, p. 120-121) descreve que: “A avaliação, portanto, precisa ser abrangente, tomar o indivíduo como um todo. Seus critérios devem contemplar não só a habilidade de reter conhecimento, mas de processá-lo, construí-lo, utilizá-lo em situações reais de vida.” Ou seja, a avaliação não deve ser restringida à um instrumento, como as provas, mas permear todas as habilidades viabilizadas pela educação, com diagnóstico detalhado das potencialidades e dificuldades adquiridas.

Em consonância, parafraseando Luckesi (1998), o ato de avaliar deve ser uma oportunidade para o retorno reflexivo à prática pedagógica, pois, assim, cumprirá o objetivo a qual foi utilizado, que é intervir na conjuntura educacional. Por isso, os momentos da ação pedagógica se integram, buscando findar maior apropriação dos conhecimentos e um olhar mais crítico diante o contexto social. Haidt (1994, p. 286) destaca que “Avaliação é um processo de coleta e análise de dados [...]”. Todavia, essa coleta precisa se posicionar como processual e ser diversificada, buscando maior abrangência quanto aos instrumentos e às atividades para desenvolver a avaliação. A análise de dados citada como componente da avaliação se direciona a reflexão, que, por sua vez, impulsionará a transformação da ação educativa.

Nesse contexto, Haidt (1994, p. 288) explicita que:

Quando o professor encara o aluno como um ser integral, sua avaliação não incide apenas sobre facetas isoladas do comportamento. Não avalia apenas a aquisição de conhecimentos, limitando-se a avaliar o aspecto cognitivo, mas também verifica hábitos e habilidades de convívio social e constata a evidência de atitudes e interesses, analisando outras dimensões de

comportamento. A observação permite avaliar objetivos educacionais que não podem ser apreciados com a mesma eficiência por outras técnicas.

Por isso, o ato de avaliar perpassa a utilização de um instrumento de análise da aprendizagem, como a prova, e se relaciona ao processo contínuo de investigação dos acertos e erros presentes no processo de ensino e aprendizagem. Assim, a avaliação é complexa, reflexiva, minuciosa e visa a intervenção crítica no contexto escolar. Quanto à restrição do ato de avaliar a aplicação de provas, ressalta-se, inicialmente, que “[...] O teste é um conjunto de tarefas apresentadas a todos os membros de um grupo, com procedimentos uniformes de aplicação e correção. [...]” (HAIDT, 1994, p. 292). Esse procedimento pode ser utilizado como um meio de avaliar, mas não deve ser o único instrumento/atividade direcionado pelo docente nesse processo, pois não contempla a diversidade de habilidades que a educação viabiliza.

Em adição, “A avaliação não tem um fim em si mesma, mas é um meio a ser utilizado por alunos e professores para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem. [...]” (HAIDT, 1994, p. 297). Desse modo, não pode se colocar como meio classificatório e disciplinador, direcionando-se, ao invés disso, à intervenção e aprimoramento dos saberes elaborados no âmbito escolar. Freitas, Costa e Miranda (2014) explicitam os três tipos de avaliação, que são diagnóstica, formativa e somativa. A diagnóstica se realiza no início do período letivo, para se perceber as fragilidades e saberes que os alunos apresentam. A formativa é contínua e auxilia na percepção do alcance dos objetivos de aprendizagem. A somativa classifica os alunos pelos resultados expostos, de modo quantitativo, dividindo a turma, de acordo com o valor destacado, entre os melhores e os piores. Infere-se que, dentre essas tipologias, a que a prova, como instrumento avaliativo, por inúmeras vezes viabiliza é a somativa, porquanto se expressa em notas quantitativas, que mostram a obtenção de saberes.

Em contradição a esse último método citado, se reforça a primeira tipologia citada: “[...] propus, então, a avaliação diagnóstica como uma saída para o modo autoritário de agir na prática educativa em avaliação, e como meio de auxiliar a construção de uma educação que estivesse a favor da democratização da sociedade.” (LUCKESI, 1998, p. 11). Esse autor destaca que se faz necessário romper com os preceitos autoritários, que regem o processo educacional e buscar analisar da aprendizagem do aluno, que resulte em mudanças e não se finde apenas na classificação. Portanto, “A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. [...]” (LIBÂNEO, 1994, p. 195). É tarefa que requer resiliência, determinação e profissionalismo, que necessita de atenção e desenvolvimento minucioso e sistemático, é, por fim, um meio de ampliar a formação de

alunos e professores na ação educativa. Contudo, “[...] o professor reduz a avaliação à cobrança daquilo que o aluno memorizou e usa a nota somente como instrumento de controle. [...]” (LIBÂNEO, 1994, p. 198). Isso faz com que se perca o valor significativo da avaliação e se conduza esse processo ao fracasso, reduzindo-o a um mecanismo de controle e alienação.

Mediante esses aspectos, “A avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, e não uma etapa isolada. Há uma exigência de que esteja concatenada com os objetivos-conteúdos-métodos expressos no plano de ensino e desenvolvidos no decorrer das aulas. [...]” (LIBÂNEO, 1994, p. 200). Por conta disso, faz-se relevante discutir nesse recorte da realidade a respeito desse momento da ação didática, visando desenvolver outros entendimentos quanto ao sentido e utilização da avaliação, que pode contribuir à educação transformadora ou reprodutora. Avaliar é refletir, é buscar outros caminhos para o fazer docente, é reelaborar os esquemas mentais formados pelos alunos, é fazê-los cidadãos críticos e ativos na sociedade, é, por fim, mobilizar a ação docente à uma educação de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao buscar inferir as compreensões tecidas pelas professoras sobre a avaliação escolar, perguntou-se sobre a definição e contribuições dessa ao desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem. Ressaltou-se, com isso, pela professora Keuvia que “É perceber se o conhecimento foi assimilado, poder rever o que não foi assimilado e realizar as possíveis intermediações.” Por isso, avaliar é imprescindível ao magistério, pois permite que essa profissão seja aprimorada e que os discentes possam desenvolver habilidades mais complexas. Rafaela afirma que “Avaliar o aluno é identificar o rendimento, as abordagens educativas que estão sendo elaboradas para aprendizagem deles. A contribuição positiva que tem é adequar novos métodos de ensino para um bom aprendizado.” Isso mostra que a reformulação da prática pedagógica faz com que a formação contínua do docente seja estimulada e com que se adquiram saberes pedagógicos da experiência avaliativa.

A professora Maria descreveu que “É um processo contínuo sobre aspectos gerais, sobre o educando e o educador. As contribuições são várias, é uma maneira que cada educador tem para avaliar o processo de aprendizagem e o seu próprio trabalho.”. Esses aspectos revelam que esse processo é contínuo e deve ocorrer constantemente na prática pedagógica, para que a origem saberes que promovam a reflexão sobre a realidade. A docente Sabrina também delineia que “Avaliação é a observação do aluno em diversas áreas da aprendizagem. É através da avaliação que posso perceber o nível de conhecimento do

aluno, tanto comportamental como intelectual.”. O que mostra que nesse momento da ação docente são analisadas as dimensões intelectuais, emocionais, comportamentais e interpessoais, ou seja, o sujeito como um todo. Nessa perspectiva, as professoras investigadas mostraram que a avaliação precisa permear a prática pedagógica e se relacionar com os outros dois momentos da ação pedagógica, planejamento e metodologias de ensino, visando desenvolver outras estratégias de ensino para auxiliar na assimilação ativa dos conhecimentos e melhor desenvolver com êxito a docência.

Também se investigou sobre os métodos avaliativos utilizados pelos sujeitos da pesquisa. Destacou-se a “Assiduidade, Comportamento, Observação sistemática, Registro escrito, Participação oral.” (TINA). Isso mostra que toda a rotina no âmbito escolar era analisada e que cada aspecto fazia com que as professoras desenvolvessem juízos de valores para com os alunos. Outro sujeito afirmou que “Leitura individual, simulados.” (CÉLIA). O que explicita que os principais métodos se centravam na capacidade de transposição dos saberes obtidos na trajetória formativa, tanto por meio da leitura fluente como da realização de simulados visando a resolução de questões para comprovação do aprendizado. A docente Marcia afirmou que considerava a “Participação, comportamento, leitura individual, atividades escritas, correção de atividades, corrigidas coletivamente e também individual.”, ou seja, buscava continuamente promover atividades, fazendo de sua avaliação um processo formativo.

Todavia, também se descreveu, por uma professora, a utilização de “Prova objetiva, dissertativa, trabalho em grupo, comportamento, participação.” (RAFAELA). Assim, se revelou que se buscava entender a aquisição de conhecimentos mediando-se pela aplicação de testes com perguntas abertas e fechadas, além da observação da conduta do estudante no cotidiano escolar. Entretanto, as provas não eram apenas mais uma metodologia, pois as situam como a principal e a que obtém maior peso diante a formulação da média do aluno, que, por sua vez, tem a finalidade de relatar o rendimento do aluno no bimestre letivo. Isso acontece porque as avaliações externas instigam que o docente aplique simulados e provas frequentemente, para habituar o aluno aquele instrumento e também, quando trazem uma revisão dos conteúdos dessas análises externas, para viabilizar o alcance de um melhor resultado. Com isso, a escola será reconhecida e os profissionais, que na mesma atuam também.

Essa conjuntura exposta é errônea e carece de mais reflexões, porque os processos de ensino e de aprendizagem são reduzidos à formação para o dia da realização da avaliação externa e, dessa forma, a aprendizagem significativa, crítica e reflexiva será comprometida.

Uma vez que se promove a aprendizagem mecânica, visando memorizar os principais pressupostos que entregarão essa análise. Assim, professores, alunos e toda a comunidade escolar vivem fragilidades formativas, onde alguns docentes fingem desenvolver a formação humana e discentes se entusiasmam ao obterem resultados adequados, sem perceberem que o ano letivo, em que aprendizagens, promotoras do senso crítico e da aquisição de capital cultural (BORDIEU, 2007), que foram negligenciadas.

Entretanto, outra visão, mais preocupada com a educação dos alunos, foi expressa: “Observação contínua, participação do aluno, como quando e de que forma se realizam as atividades, relacionamento: professor-aluno, aluno-aluno, nível de atenção em leitura e escrita.” (SABRINA). O que evidencia que essa professora está preocupada com a educação das crianças dos Anos Iniciais com as quais convive, analisando o modo como se relacionam e se atentam nas atividades escolares. O processo avaliativo precisa, deste modo, permear a ação docente e a prova é um componente importante, mas não deve ser o único na instrução formal.

Nessa perspectiva, “[...] O professor avalia segundo foi avaliado, inspirando-se em seus professores ao longo de sua escolaridade, e desta forma, a avaliação se mantém como a repetição de um modelo decadente.” (FREITAS; COSTA; MIRANDA, 2014, p. 5). Ou seja, os preceitos considerados, nesse momento da ação didática, provêm das vivências escolares e também das que foram tecidas na formação inicial, o que faz com que, por inúmeras vezes, se perdue o modo tradicional e conservador de avaliar, que se expressa na classificação, punição e ressalva constantemente das notas, como representação fidedigna do aprendizado.

Desse modo, a avaliação colabora à aprendizagem da docência, quando desenvolvida de modo diagnóstico e formativo, pois faz com que se reflita e se aprimore a obtenção de conhecimentos do aluno, resultando em outras formas de lecionar, por parte do educador, e uma educação emancipatória, a todos os sujeitos que permeiam a comunidade escolar.

As discussões expostas, anteriormente, permitem refletir sobre as finalidades do ato avaliativo e atrelá-las aos preceitos ideológicos, visando o desenvolvimento de uma educação transformadora ou reprodutora. Com isso, os alunos são levados, pela escola, à formação de atitudes diante a instrução formal e a sociedade. Porquanto, encontram-se nos Anos Iniciais e as primeiras compreensões a respeito das experiências escolares serão suscitadas. Assim, se essas se basearem no medo, na opressão e na reprovação de suas opiniões e habilidades, esses se tornarão em alunos acríticos, tímidos e alienados nas demais etapas do processo estudantil.

Nesse sentido, segundo Bourdieu (2007, p. 195, grifo do autor)

[...] É dizer que o sistema de classificação social, propriamente escolar, que se objetiva sob a forma de um sistema de adjetivos, preenche uma função dupla e contraditória: permite realizar uma operação de classificação social mascarando-a; ele serve simultaneamente de intermediário e de barreira entre a classificação de entrada, que é abertamente social, e a classificação de saída, que se quer exclusivamente escolar. Enfim, ele funciona segundo a lógica da *denegação*: *ele faz o que faz sob modalidades que tendem a mostrar que ele não o faz.*

De certo modo, percebe-se que o sistema educacional é excludente, pois classifica os detentores de capital cultural, advindo das vivências extraescolares proporcionadas pela família, e desclassifica aqueles que não desenvolveram as habilidades e conhecimentos culturais, necessários a uma aprendizagem significativa. A família, nesse sentido, assume posição singular, pois é na mesma que são desenvolvidas contribuições para um maior destaque no âmbito formativo. Quanto à educação transformadora, Freire (2007, p. 96), em defesa da Pedagogia Progressista, afirma que:

[...] se requer um sistema completamente novo de educação; um sistema que concentre suas maiores energias no desenvolvimento de nossos poderes intelectuais e dê lugar a uma estrutura mental capaz de resistir ao peso do ceticismo e de fazer frente aos movimentos de pânico quando soe a hora do desaparecimento de muitos de nossos hábitos mentais.

Assim, o autor citado reconhece que a educação é reprodutora, mas aponta a possibilidade de, por meio da politização, luta pelos direitos e conscientização, torna-se transformadora. Isso também acontece por intermédio do compromisso docente com a emancipação humana e da sensibilização, de todos os sujeitos que permeiam a instrução formal, à transformação. Nessa perspectiva, indagou-se as consequências do resultado das provas à postura do aluno. Foi revelado pela professora Célia que “Depende do resultado, se for positivo, eleva a autoestima, caso contrário poderá marcar de forma negativa, principalmente a maneira como é exposta, trabalhado o resultado.” (CÉLIA). Ou seja, caso seja positivo o resultado os alunos serão elevados e tidos como referência para os demais. Porém, caso seja negativo, os alunos ficarão desmotivados e, se for explicitado e ridicularizado para a turma seus resultados, os mesmos poderão desenvolver traumas e temores quanto à aplicação de provas.

Entretanto, a professora Rita descreveu que “De ter consciência sobre a sua aprendizagem.”. Ela afirma, assim, que a aprendizagem dos alunos é representada, por completo, nos resultados das provas, nas notas, enfim, nesse único instrumento avaliativo. Tina expressa que “É muito comum notar a falta de interesse nos estudos e a dificuldade de aprendizado de alguns alunos.”. Desse modo, àqueles que se saíram mal no teste demonstraram

ser maus alunos e, assim, se desconsidera as concepções emocionais e sociais que o permeiam na resolução. A professora Marcia argumenta que “Se forem resultados positivos, os alunos procuram se dedicar aos estudos para obterem seus futuros melhores. Mas, se forem resultados negativos, o professor precisa dar bastante força para melhorar e se tornarem excelentes alunos nos estudos.”. Dessa forma, o professor se posiciona como um incentivador, um orientador da aprendizagem, instigando os alunos à motivação e à busca da aprendizagem.

Nesse sentido, expõe-se que “As consequências são ansiedade, temor pelos aprendizes e vista como instrumento de autoritarismo do professor.” (RAFAELA). Isso ocorre justamente quando essas não servem de retorno e aprimoramento à prática, mas são visualizadas apenas como um meio de julgamento do aluno. Além disso, se colocou que “Serve como momento de reflexão, para que o próprio aluno venha ter ciência do seu próprio interesse, para obter melhores êxitos.” (MARIA). Isso mostra que quem reflete com as notas são os alunos, pois se acredita que os resultados foram baixos porque os mesmos não se interessaram em aprender.

Todavia, o modo como o ato de avaliar repercute na aprendizagem dos alunos depende do tratamento que o professor desempenha quanto aos valores obtidos pelos alunos. Eles ficam motivados quando os docentes buscam trabalhar suas dificuldades e se desmotivam quando os mesmos apenas os culpam e expõem esses dados aos demais colegas de modo degradante, sem mudar em nada a prática pedagógica. As provas são apenas mais um instrumento no ato de avaliar, mas não devem ser colocadas como os principais meios de avaliação. Precisam ser meios de retorno à atividade educativa, visando desenvolver as fragilidades encontradas. Contudo, percebe-se que essas são expostas em posição de prioridade, diante às demais formas de avaliar, e também se nota que as avaliações se resumem a aplicação de uma nota, que caracteriza o perfil de determinado educando. Em contraposição a esses aspectos, Libâneo (1994, p. 195) afirma que:

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

Sendo assim, avaliar é diagnosticar em que situação se encontra a aprendizagem do aluno e desenvolver estratégias para aprimorá-la. As provas são importantes meios, mas não devem ser os únicos presentes na prática pedagógica. Com isso, perguntou-se às docentes se as provas bimestrais representavam o principal meio de avaliar os alunos na prática

pedagógica e pediu-se a justificativa para as respostas dadas. A docente Marcia demonstrou perceber as provas como um meio eficaz na identificação de todos os saberes dos alunos, o que, como já foi discutido, acredita-se ser errôneo. Rafaela, nessa perspectiva, afirmou que “Não que as provas bimestrais sejam o meio principal de avaliação dos alunos, mas nesse caso consiste em verificar se eles estão sendo realmente atingidos e onde (descritores) posso ajudar o aluno a avançar na aprendizagem.”. Essa professora destaca a prova como um meio de verificação da aprendizagem, para que se retorne a ação. Essa preposição está coerente com os princípios da avaliação, mas poderiam ser utilizados outros meios, que fizessem do aluno um ser ativo na demonstração do saber. E a mesma também destaca os descritores, colocados pelas avaliações externas, mostrando que em sua prática os objetivos se orientam por esses aspectos.

Contudo, uma docente afirma que “Na verdade não concordo como único meio de avaliação, pois o conhecimento do aluno vai muito além de uma avaliação escrita.” (SABRINA). Ou seja, existem várias concepções que permeiam a aprendizagem e que a prova não consegue agrupar. E, diante desse contexto, perguntou-se quanto aos resultados com as provas, buscando identificar se demonstravam todo o saber aprendido pelo aluno. Foi expresso que: “Não, nos dá um norte para identificar os conhecimentos apreendidos e conhecer as dificuldades e planejar atividades adequadas e fazer as retomadas necessárias.” (RITA). Isso mostra que esse método não deve ser o único a se fazer presente na atuação docente, existem docentes que priorizam apenas as notas das provas e não procuram mudar sua prática pedagógica, por isso acabam por colocar toda a responsabilidade na família, que precisa acompanhar, mas não pode substituir o papel docente.

Diante desses aspectos, buscou-se investigar se os resultados das provas o faziam refletir, enquanto professor, sobre o desenvolvimento do ensino escolar. Mostrou-se que “Sim. Se o aluno não conseguiu atingir o objetivo em uma atividade, precisamos melhorar, vê aonde se pode melhorar, e podemos pedir ajuda a família.” (CÉLIA). A avaliação funciona como uma reflexão sobre a ação e a família é integrada no processo para haver melhorais.

Desse modo, solicitou-se aos sujeitos pesquisados que se apontassem os pontos positivos e negativos das provas para os processos de ensino e de aprendizagem. Célia afirmou que “Ponto positivo: é um dos meios para saber como está o nível da aprendizagem. Negativo: não é uma avaliação que expressa todo o conhecimento do aluno.”. Revelando preceitos já contemplados nas discussões. Rita escreveu que “Positivos em que os alunos tornam-se mais conscientes do seu processo de aprendizagem. Negativos não vejo nenhum.”. Mostrando cultivar ainda uma visão errada das provas, pois a coloca como oportunidade de

mostrar todo o saber do aluno. Também se ressalva que “Positivo: Auto avaliação. Negativo: O aluno não aprende, memoriza, se frustra.” (SABRINA). Ou seja, as provas não mostram todos os saberes.

Em adição, se questionou se as provas eram utilizadas como meio de disciplinar os discentes. Enfatizou-se que “Não. Pois a questão da disciplina está relacionada a questão de sala do professor.” (KEUVIA). Porquanto, esse método avaliativo não deve ser usado para punir, mas para refletir sobre a aprendizagem. Rafaela falou que “Não. Na minha concepção, as provas práticas pedagógicas, tem a função de observar quem absorveu as explicações, conhecimentos e habilidades previstas nos objetivos estabelecidos pelo professor.” Ou seja, a mesma acredita que nas provas são identificadas todas as habilidades dos alunos. Porém, também se afirma que “Não. Mas como maneira de buscar uma intervenção e diagnosticar como o aluno está se desenvolvendo.” (MARIA). E, dessa forma, esse instrumento é benéfico.

Perguntou-se sobre a utilização das provas como meio disciplinar, porque muitos docentes a utilizam para castigar a indisciplina dos alunos e gerar medo quanto aos próximos atos desobedientes. “[...] O medo é um fator importante no processo de controle social. Internalizado, é um excelente freio às ações que são supostamente indesejáveis. Daí, o Estado, a Igreja, a família e a escola utilizarem-se dele de forma exacerbada.” (LUCKESI, 1998, p. 24). Isso faz com que os alunos percam o gosto pelo ingresso na escola e sejam oprimidos.

Quanto à avaliação classificatória, Freitas, Costa e Miranda (2014, p. 4) afirmam que “Na avaliação usada numa concepção classificatória, a qualidade refere-se a padrões preestabelecidos, em bases comparativas: critérios de promoção, gabaritos de respostas às tarefas, padrões de comportamento ideal.”. O que sintetiza o aprendizado em valores e mecaniza, assim, todo o processo educacional, pois “[...] Com a função classificatória, a avaliação não auxilia em nada o avanço e o crescimento. Somente com uma função diagnóstica ela pode servir para essa finalidade.” (LUCKESI, 1998, p. 35). E a diagnóstica requer outros meios e um tratamento mais humano nos processos de ensino e de aprendizagem. Essa restrição interfere na aquisição de saberes críticos e reflexivos, por parte de todos que compõem a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação escolar circunda os processos de ensino e de aprendizagem, porque busca orientar o desenvolvimento de melhorias em práticas pedagógicas. Dessa forma, essa auxilia na formação de professores formação de professores, orientando e fortalecendo a

aprendizagem da docência. Contudo, identificou-se que a mesma não deve se restringir à aplicação de provas, pois essas não englobam toda a aquisição de saberes que os alunos possuem, e também não deve ser orientada pelas investigações externas que são promovidas em âmbito Estadual e Federal, pois isso torna a aprendizagem mecânica e que não promove a formação humana

Essa restrição resulta em malefícios a aprendizagem dos alunos, porque surgem julgamentos e comparações, diante aos resultados obtidos. Além de haver classificações na turma, o que diminui a motivação do aluno aos estudos, pois pode o inferiorizar. A avaliação pode contribuir à transformação ou conservação de práticas pedagógicas, em consequência no êxito do ensino e da aprendizagem, dependendo das atitudes desempenhadas pelos docentes. Porquanto, se esses se restringirem a aplicação de provas não serão percebidas e impulsionadas ao desenvolvimento todas as habilidades. Por isso, defende-se a avaliação como um processo contínuo, que engloba todas as experiências partilhadas no âmbito escolar, visando à aprendizagem crítica e reflexiva e estimulando a emancipação.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova Didática**. 14. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 205 p.

BOUDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 251 p.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de *et al.* **Didática e docência: aprendendo a profissão**. 2 ed. Brasília: Editora Ltda, 2009. 179 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 158 p.

FREITAS, Sirley Leite; COSTA, Michele Gomes Noé da; MIRANDA, Flavine Assis de. Avaliação Educacional: formas de uso na prática pedagógica. Rio de Janeiro: **Meta: Avaliação**, v. 6, n. 16, p. 85-98, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Haidt, Regina Célia Cazaux. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem. In: Haidt, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Ática, 1994. cap. 13. p. 286-319.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 262 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1998. 180 p.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 108 p.